

Assunto: Justiça concede ordem de desocupação – Movimento Ocupe Estelita	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CAPA DOIS	Seção: rápidas
Página: 2	Data: 01/07/2014

jornal do commercio

Justiça concede ordem de desocupação do prédio da PCR

O juiz Rosalvo Maia Soares concedeu ontem ordem de desocupação do prédio da Prefeitura do Recife. Integrantes do movimento Ocupe Estelita, que protestam contra a implantação do projeto Novo Recife no Cais José Estelita, acamparam na entrada do prédio. Eles queriam participar do encontro em que o prefeito Geraldo Julio e algumas entidades assinaram um documento sobre possíveis readequações no projeto, que prevê a construção de 12 torres na área leiloada pela Rede Ferroviária Federal em 2008 e adquirida pelo Consórcio Novo Recife. Até as 23h de ontem, a ordem não tinha sido executada. [Leia mais em cidades 2](#)

Assunto: Mutirão Carcerário – 1º Vara de Execuções Penais	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção: jc nas ruas
Página: 2	Data: 01/07/2014

O CNJ e as ilustres ausências

Juízes e promotores das execuções penais trabalham dentro dos gabinetes, no conforto do ar-condicionado. Mas também fora deles, em inspeções nas unidades prisionais todo mês. É inerente ao ofício. Não há como ser diferente. Quem abraçou a carreira já deveria saber disso. Está, inclusive, previsto na Lei de Execuções Penais como umas das obrigações do cargo.

No relatório sobre o mutirão carcerário no Complexo do Curado, Zona Oeste do Recife, antes chamado de Presídio Professor Aníbal Bruno, porém, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), afirma, textualmente, que as inspeções não são realizadas desde 2012. A unidade é emblemática por concentrar 22% dos cerca de 30 mil presos do Estado.

A falta de visita regular do juiz e promotores da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP) ajuda a explicar o caos no complexo, onde 4.448 dos 6.848 detentos (64,95%) são “provisórios”. Ainda estão na condição de suspeitos de crime e à espera do julgamento.

O mutirão do CNJ foi realizado entre março e abril. O relatório do trabalho, aprovado por unanimidade pelos 15 conselheiros do órgão no último dia 16. Assinado pelo juiz alagoano José Braga Neto, o texto critica magistrado e promotores.

Dos três promotores da 1ª VEP, nenhum deles se deu ao trabalho de participar do mutirão. A ausência foi censurada pelo CNJ na sexta das 31 páginas do relatório. A adesão ao mutirão coube ao titular da 2ª Vara, Marcellus Ugiette. Ele não tem responsabilidade sobre o antigo Aníbal Bruno, mas é um promotor comprometido. Já a crítica à “falta de impulso” do juiz da 1ª VEP ocupou a página 20.

Presos são vistos como a escória. A negação de direitos a eles comove e mobiliza menos do que qualquer campanha pelo bem-estar animal. Mas, num dia que punição aos encarcerados for apenas a de privação de liberdade, como manda a lei, certamente viveremos numa sociedade que trata bem melhor seus velhos e suas crianças.

Assunto: Outro lado / Celas-cavernas	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção: jc nas ruas
Página: 2	Data: 01/07/2014

jornal do commercio

Outro lado

Judiciário e Ministério Público voltam do recesso hoje. Procurado, o juiz da 1ª VEP, Luiz Rocha, disse que desconhecia o relatório do CNJ. E que só comentaria o teor antes de lê-lo. Já o promotor titular da 1ª VEP, Marcos Aurélio, não foi localizado pelo celular. Hoje, o contato será feito por meio da assessoria de imprensa.

Celas-cavernas

De acordo com a Seres, os "pavilhões galpões" do Complexo do Curado, que abrigam os buracos nas paredes que funcionam como celas, passarão por reformas. Um já está em obras. Quando elas forem concluídas, será a vez do outro ser melhorado. A secretaria garante que as "cavernas" deixarão de existir no Complexo do Curado.

Assunto: TJPE determina desocupação da PCR	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LOCAL	Seção:
Página: A6	Data: 01/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

TJ determina desocupação da PCR

O Tribunal de Justiça de Pernambuco concedeu ontem à prefeitura a liminar de reintegração do prédio-sede do Executivo, no Bairro do Recife, ocupado por integrantes do Ocupe Estelita, que acampam no local desde a manhã de ontem. A decisão foi emitida pelo juiz plantonista Rosalvo Maia.

No Facebook, os manifestantes convocaram as pessoas a irem à prefeitura reforçar a ocupação, mantida mesmo após o anúncio da convocação de uma audiência pública para discutir o redesenho do Novo Recife. O acampamento é uma forma de protesto por eles não terem sido chamados para a reunião com as entidades.

Durante a tarde de ontem, secretários chegaram a propor aos manifestantes a participação deles na conversa, se houvesse a desocupação do local, o que foi rejeitado



Manifestantes estão acampados desde a manhã de ontem na sede do Executivo

pelo movimento. À noite, os gestores voltaram a negociar com os ocupantes mas, até o fechamento desta edição, não houve acordo.

“Não vamos concordar com nada que tenha sido determinado pela prefeitura sem a participação do Ocupe Estelita. A ocupação na prefei-

tura dura até nós verificarmos que a discussão do projeto será de fato levada para frente. Queremos que o Ministério Público seja o mediador e que os procedimentos administrativos que levaram à aprovação do projeto sejam revistos”, afirmou a advogada do Direitos Urba-

nos Liana Cirne Lins. O movimento também continua acampado embaixo do viaduto Capitão Temudo.

A prefeitura endossou, no entanto, que a desocupação do local é condição para a retomada da participação dos manifestantes nas negociações.

Assunto: TJPE e MPPE de volta à escala normal	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LOCAL	Seção:
Página: A4	Data: 01/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

APÓS RECESSO

TJPE e MPPE de volta à escala normal

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Ministério Público de Pernambuco voltam hoje às atividades normais após um período de recesso que começou no dia 23 para o TJPE e 18



PAULO PAIVA/DP/DA PRESS

de junho para o MPPE. Durante o intervalo, os dois órgãos funcionaram em regime de plantão.

Assunto: Manifestantes ocupam hall da PCR	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: CAPA	Seção:
Página: 1	Data: 01/07/2014



> **Protesto**

Manifestantes ocupam hall da PCR

Marina Mahmood



PESSOAS ligadas ao Ocupe Estelita acamparam na Prefeitura. Grupo cobra presença efetiva nas reuniões. Ordem judicial para a desocupação da PCR deve ser cumprida hoje de manhã **Últimas notícias** > **Página 2**

Assunto: PCR obtém integração de posse de prédio	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: ÚLTIMAS NOTÍCIAS	Seção:
Página: 2	Data: 01/07/2014



Permanece o impasse sobre o projeto Novo Recife

PCR obtém reintegração de posse de prédio

INTEGRANTES do Ocupe Estelita acamparam na sede da Prefeitura ontem. Reunião com o governo seguia até a 0h

Após a migração do Movimento Ocupe Estelita para a sede da Prefeitura do Recife (PCR), ontem, um mandado de reintegração de posse foi concedido pela Justiça durante a noite. No entanto, de acordo com a assessoria de imprensa da gestão municipal, a medida só pode ser cumprida a partir das 6h de hoje. Além disso, ainda de acordo com a assessoria, a ideia é que os manifestantes saiam pacificamente do prédio, com a promessa de serem atendidos pelo prefeito Geraldo Julio.

Até o fechamento desta edição, a 0h15, representantes da PCR e do movimento ainda se reuniam para dialogar sobre a ocupação. Participavam do encontro o secretário de Juventude, Jayme Asfora; e os secretários executivos de Segurança, Eduardo Machado, e de Governo, Gabriel Leitão.

Durante o dia, o secretário de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, Antônio Alexandre, anunciou que será publicado, hoje, no Diário Oficial do município, um edital de audiência pública para discutir as diretrizes urbanísticas do Projeto Novo Recife. Para o integrante Chico Ludemir, o encontro sobre o



Lucas Melo
NEGOCIAÇÕES para desocupação começaram pela manhã

Folha resume

Os integrantes do Movimento Ocupe Estelita saíram do viaduto Capitão Temudo e acamparam na sede da Prefeitura ontem. Até o fechamento desta edição, eles continuavam reunidos com representantes do governo municipal para tentar uma saída pacífica. Justiça, porém, já concedeu reintegração.

projeto é um instrumento legal e legítimo desde que comece do zero. Ou seja: que sejam revistos os atos administrativos que levaram à autorização do empreendimento, que a discussão não se limite a revisar um projeto pronto e que o movimento integre as reuniões convocadas pela PCR. Segundo o militante, o objetivo é o acampamento permanecer na PCR até que a pauta seja atendida.

Depois de acamparem embaixo do viaduto Capitão Temudo, os militantes se transferiram para a sede da Prefeitura, alegando que o grupo

tem ficado de fora das discussões sobre o planejamento urbano do Cais José Estelita, quando os rumos do redesenho do projeto deveria ser democrático. A arquiteta Cristina Lino Gouvea afirmou que os acordos que foram sendo feitos no próprio fórum de negociação, entre o movimento e a PCR, não estão sendo cumpridos. Enquanto os protestantes tentavam conseguir falar com o prefeito Geraldo Júlio, o chefe do executivo estava reunido a portas fechadas com representantes de entidades como o Conselho de Arquitetura e Urba-

Saiba mais

REINTEGRAÇÃO - Hoje, completam 15 dias da reintegração de posse que retirou à força policial os integrantes do Movimento Ocupe Estelita dos galpões abandonados do bairro de São José. O pleito geral do Ocupe pede, além da suspensão dos atos administrativos classificados como ilegais, o ingresso do Ministério Público Estadual e Federal como mediadores das negociações e a construção de um plano urbanístico para o Cais.

nismo (CAU), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Católica (Unicap) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Durante o dia, a Guarda Municipal precisou cercar as principais entradas do prédio impedindo até mesmo o acesso de pessoas que buscaram serviços na prefeitura. O clima ficou tenso porque alguns ativistas confundiram os guardas com integrantes do Batalhão de Choque da Polícia Militar. Com os ânimos mais apaziguados, o secretário de Segurança Urbana, Murilo Cavalcanti, negou que acionaria o Choque para a retirada dos manifestantes, mas reiterou que o grupo deixasse o local, com a promessa de que o prefeito receberá o movimento.

Assunto: Médico assassinado – aniversário de Artur é lembrado	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: COTIDIANO	Seção:
Página: 4	Data: 01/07/2014



> HOMENAGEM

Aniversário de Artur é lembrado

O cirurgião torácico paraibano Artur Eugênio de Azevedo Pereira completaria 36 anos hoje. Em virtude da data, os familiares e amigos dele irão realizar uma homenagem com a participação de artistas regionais. A solenidade será realizada às 19h no Espaço Ciência do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip), na Boa Vista, onde Artur trabalhava com a esposa, a também médica Carla Rameri Azevedo. A iniciativa também servirá para pedir justiça pelo que ocorreu com o cirurgião. No último dia 13, o pedido de revogação de prisão para o médico Cláudio Amaro Gomes, suspeito de envolvimento com o assassinato de Artur, foi indeferido pela juíza Inês Maria de Albuquerque, da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes. Cláudio e o filho, o bacharel em Direito Cláudio Amaro Gomes Júnior, que teria participado da execução do crime, foram detidos em 3 de junho e estão no Centro de Triagem (Cotel).

Assunto: Movimento – des. Alberto Virgínio	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIVER	Seção: JOÃO ALBERTO
Página: E3	Data: 30/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

O desembargador Alberto Nogueira Virgínio já está atuando no Tribunal Regional Eleitoral, na vaga de José Fernandes Lemos.

Assunto: Foto – des. Frederico Neves	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIVER	Seção: JOÃO ALBERTO
Página: D2	Data: 29/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

DIEGO LUJZ/DIVULGAÇÃO



O desembargador Frederico Neves e o secretário Ricardo Correia em evento no TJPE

Assunto: Servidores do TJPE e a URV	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: FOLHA DO LEITOR	Seção:
Página: 7	Data: 29/06/2014



Servidores do TJPE e a URV.

Acreditem, leitores desta tradicional Folha de Pernambuco, que a importante Ação da URV, impetrada pelos antigos servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) ainda não foi em definitivo julgada. A mencionada Ação é, na realidade, correspondente a determinadas importâncias que, na época correta, não foram creditadas nas contas dos referidos servidores sendo, portanto, a citada Ação da

URV uma oportunidade para que os servidores consigam receber o que tem direito. Podemos adiantar que a Ação da URV já se encontra com um desembargador, quando será prolatada a Sentença Final, encerrando, ao que tudo indica, em definitivo este caso. O número da Ação é 00198006218 - n8, com a documentação sendo do tempo do Plano Cruzado.

Reinaldo Lessa - Recife/PE

Assunto: Pra depois	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA
Página: 2	Data: 29/06/2014



PRA DEPOIS

O desembargador Alberto Nogueira Virgínio foi eleito para tomar assento no Tribunal Regional Eleitoral mas, como a lei lhe confere a prerrogativa de fazer em até 90 dias, decidiu elastecer o prazo. Por enquanto ainda não assumiu a Corte de Justiça local. Assim que chegar lá, haverá eleição para a presidência. Na disputa, ele próprio e o atual presidente em exercício, Fausto Campos. O pleito promete ser acirradíssimo. A conferir.

Assunto: Jetep – Alemão invade gramado da Arena PE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: JC no Mundial	Seção:
Página: 6	Data: 28/06/2014

jornal do  commercio

Invasor: prazo para sair

Valéria Oliveira
voliveira@jc.com.br

O torcedor alemão que invadiu o gramado da Arena Pernambuco, na última quinta-feira durante a partida entre EUA e Alemanha, válida pela primeira fase do Grupo G da Copa, tem até o dia 4 de julho para deixar o País. O alemão poderia permanecer em território brasileiro até o mês de agosto, mas devido ao incidente, o estrangeiro teve sua a estada abreviada.

O turista germânico Benedikt Ballardt, de 27 anos, invadiu o campo faltando poucos minutos para o término do jogo, resultando que garantiu às duas seleções vaga nas oitavas de final da competição. O invasor, que carregava uma bandeira do Bayern de Munique, time para o qual torce, chegou a cumprimentar o atacante alemão Thomas Müller, mas foi imediatamente detido pelas forças de segurança do estádio sem precisar que a partida fosse paralisada.



ADEUS O alemão Benedikt tem oito dias para deixar o Brasil

Após a invasão, Ballardt foi encaminhado para o Juizado Especial do Torcedor, onde foi autuado por desrespeitar o Artigo 41-B do Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003), que torna crime a prática de invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos, com penas que variam de um a dois anos de re-

clusão e multa. O alemão assinou um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) e deve pagar uma multa de R\$ 900, valor que será revertido para instituição beneficente ainda não definida.

A Polícia Federal (PF) notificou o turista, que tem um prazo de oito dias para deixar o País.

Caso a medida não seja acatada, o torcedor poderá ser deportado. De acordo com a PF, esse é o procedimento padrão para todo estrangeiro que comete irregularidade em território brasileiro.

O estrangeiro chegou ao Brasil no último dia 23, pela cidade de Tabatinga, no Estado do Amazonas, e poderia permanecer no País até o dia 21 de agosto.

Episódio semelhante ocorreu na Arena Castelão, em Fortaleza. Um torcedor burlou a segurança da Fifa e invadiu o gramado durante a partida entre Gana e Alemanha no último sábado. O estrangeiro, que trazia no corpo a palavra "aluga-se", além do que parecia ser um e-mail e número de telefone, cumprimentou alguns jogadores em campo, mas em seguida foi retirado do local pelos seguranças. Ele, porém, segue sendo investigado pela Fifa por difundir uma suposta mensagem nazista. O torcedor nega essa possibilidade.

Assunto: Programe-se	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA
Página: 2	Data: 28/06/2014



Virando a folhinha hoje: Jurandir Pessoa, Fátima Bahia, Maritza Lacerda, Carlos Fernando Pontual, Reinaldo de Oliveira, Carmen Mayrinck, Murilo Lacerda, Joacir Soares, Daniella Maranhão, Maria do Amparo Parahyba, João José Targino, Andréa Melo e Túlio Guimarães, Natália Leão e Pedro Villela.

Assunto: Justiça concede ordem para que ativistas do Ocupe Estelita deixem prédio da PCR	
Veículo: JC Online	Data: 30/06/2014
Editoria: CIDADES	Seção:

jornal do commercio

PREFEITURA DO RECIFE

Justiça concede ordem para que ativistas do Ocupe Estelita deixem prédio da PCR

Em seu site, a PCR diz que aceita conversar com os ativistas, mas diz que só abrirá o diálogo quando a sede da PCR for desocupada



O juiz Rosalvo Maia Soares concedeu, na noite desta segunda-feira (30), ordem de desocupação do prédio da Prefeitura do Recife. Integrantes do movimento Ocupe Estelita, que protestam contra a implantação do projeto Novo Recife no Cais José Estelita, acamparam na entrada do prédio na manhã desta segunda. Eles queriam participar do encontro em que o prefeito Geraldo Julio e algumas entidades assinaram um documento sobre possíveis readequações no projeto, que prevê a construção de 12 torres na área leiloadada pela Rede Ferroviária Federal em 2008 e adquirida pelo Consórcio Novo Recife.

Uma chamada para audiência pública será publicada na edição desta terça-feira (1º) do Diário Oficial para debater as diretrizes do Projeto Novo Recife. A audiência será realizada em 15 dias. O anúncio foi feito pelo secretário de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, Antônio Alexandre. Em seu site, a PCR diz que aceita conversar com os ativistas, mas diz que só abrirá o diálogo quando a sede da PCR for desocupada. Na noite desta segunda, os manifestantes informaram que não vai sair do local. A polícia deve ser acionada para efetuar a desocupação do prédio, mas ainda não se sabe quando.

Assunto: TJPE e MPPE de volta à escala normal	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 01/07/2014
Editoria: LOCAL	Seção:



TJPE e MPPE de volta à escala normal

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Ministério Público de Pernambuco voltam hoje às atividades normais após um período de recesso que começou no dia 23 para o TJPE e 18 de junho para o MPPE.

Durante o período, o Ministério Público ainda suspendeu todos os plantões no dia 20 de junho na Capital e na Região Metropolitana, devido o jogo da Itália contra a Costa Rica, na Arena Pernambuco. O TJPE ficou de plantão, na capital, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra.

Assunto: TJPE concede liminar de reintegração do prédio da PCR	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 01/07/2014
Editoria: LOCAL	Seção:

DIARIOde**PERNAMBUCO** .com.br

TJPE concede liminar de reintegração do prédio da PCR

Na noite desta segunda-feira o Tribunal de Justiça de Pernambuco concedeu à Prefeitura do Recife liminar de reintegração do prédio do governo municipal, que estava ocupado desde a manhã por integrantes do movimento Ocupe Estelita. O responsável pela decisão foi o juiz plantonista Rosalvo Maia. Apesar da liminar, a PCR garantiu que a retirada dos manifestantes não será feita nesta madrugada.

Acampados no pátio da prefeitura, os manifestantes reivindicavam a participação em uma reunião que aconteceu nesta tarde, com a participação das entidades envolvidas no processo de rediscussão do projeto Novo Recife. O grupo não participou do encontro, que contou com a presença de representantes da Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Católica de Pernambuco, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Observatório do Recife.

Na ocasião foi definida a realização de uma audiência pública para discutir o projeto Novo Recife, que deve acontecer em 15 dias. Já nesta terça-feira (01), será publicada no Diário Oficial do Recife a convocação para o encontro onde serão apresentadas as diretrizes da Prefeitura do Recife para mudar o planejamento das obras no Cais José Estelita. Até lá, reuniões fechadas com membros do Movimento Ocupe Estelita e com o consórcio deverão auxiliar a gestão municipal na elaboração das propostas de alteração no projeto.

Assunto: Ativistas continuam acampados na PCR	
Veículo: FolhaPE.com.br	Data: 01/07/2014
Editoria:	Seção:



Ativistas continuam acampados na PCR

Por causa da ocupação, o atendimento a população está suspenso

Cerca de 80 pessoas ligadas ao movimento #Ocupeestelita continuam acampadas no hall de entrada da Prefeitura do Recife, na avenida Cais do Apolo, Centro da Cidade, mesmo depois de o Tribunal de Justiça (TJ) determinar a desocupação do prédio na noite desta segunda-feira (1º), através de um mandado de Reintegração de Posse. Por causa da ocupação, o atendimento a população está suspenso, contudo, o expediente para os funcionários foi mantido.

Os manifestantes montaram acampamento na manhã de ontem, com o intuito de exigir a convocação de representantes do movimento para participarem de uma reunião, na qual foi discutida a remodelação do Projeto Novo Recife - que consiste na construção de 12 torres de 40 andares na área do Cais José Estelita, entre outros empreendimentos.

Apesar da determinação do TJ e das negociações com o secretário da Juventude Jaime Asfora, os ativistas decidiram continuar instalados na PCR, mesmo sabendo que podem ser retirados a força pela Polícia Militar (PM). Entretanto, os próprios manifestantes estipularam um prazo de até 14h desta terça-feira (1º) para saírem de forma pacífica. Caso se concretize a desocupação, o prefeito Geraldo Julio prometeu se reunir com uma comissão, embora nenhuma data tenha sido marcada.

Assunto: Tribunal de Justiça de Pernambuco concede reintegração de posse do prédio da Prefeitura	
Veículo: FolhaPE.com.br	Data: 01/07/2014
Editoria:	Seção:



Tribunal de Justiça de Pernambuco concede reintegração de posse do prédio da Prefeitura

Vários integrantes do movimento Ocupe Estelita se acamparam na sede para dialogar com a gestão

Um mandado de reintegração de posse foi concedido, na noite desta segunda-feira (30), após a migração do Movimento Ocupe Estelita para a sede da Prefeitura do Recife (PCR). No entanto, de acordo com a assessoria de imprensa da gestão municipal, a medida só pode ser cumprida a partir das 6h desta terça-feira (1º). Além disso, ainda de acordo com a assessoria, a ideia é que os manifestantes saiam pacificamente do prédio, com a promessa de serem atendidos pelo prefeito Geraldo Julio. A reunião ainda acontece durante esta madrugada entre representantes da PCR e do movimento.

A ocupação ocorreu ainda durante a manhã, durante mais uma reunião entre o prefeito Geraldo Julio, entidades e representantes do Consórcio Novo Recife, responsável pelo projeto. Munidos de faixas e cartazes e acampados em barracas, cerca de 80 manifestantes cobravam a participação efetiva nas reuniões, nas quais estão sendo discutidas as novas diretrizes do projeto. Segundo eles, este é o quarto encontro, e em nenhum deles, os ativistas teriam sido convocados.

Durante o dia, o Secretário de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, Antônio Alexandre, anunciou que será publicado, nesta terça, no Diário Oficial do município, um edital de audiência pública para discutir as diretrizes urbanísticas do Projeto Novo Recife. Entre os integrantes do movimento a expectativa é de a reunião sirva para a definição do projeto como um instrumento legal e legítimo desde que comece do zero, revendo os atos administrativos que levaram à autorização do empreendimento, para que a discussão não se limite a revisar um projeto pronto e que o movimento integre as reuniões convocadas pela PCR. De acordo com o grupo, o objetivo é o acampamento permanecer na PCR até que a pauta seja atendida.

Assunto: PCR marca audiência pública para discutir diretrizes do José Estelita	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 01/07/2014
Editoria:	Seção:



PCR marca audiência pública para discutir diretrizes do José Estelita

*Discussão será em 17 de julho, das 14h às 17h, no auditório da Fafire.
Manifestantes acampam no hall da Prefeitura, pedindo mais participação.*



Foi publicada, nesta terça-feira (1ª), no Diário Oficial do Recife, a convocação da audiência pública para discutir o projeto Novo Recife, proposto por um grupo de construtoras para o terreno do Cais José Estelita, área central da capital pernambucana. Por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, a primeira discussão sobre as diretrizes urbanísticas para a área ficou marcada para o dia 17 de julho, das 14h às 17h, no auditório da Faculdade Franssinetti do Recife (Fafire), no bairro da Boa Vista, Centro da cidade.

Em entrevista coletiva na tarde de segunda (30), o secretário Antônio Alexandre já havia adiantado a publicação desta terça. A previsão é de que, até o dia 17 de julho, as duas principais partes envolvidas na polêmica em torno do Cais José Estelita – Consórcio Novo Recife e movimento Ocupe Estelita – sejam ouvidas na Prefeitura, formulando as propostas iniciais. De acordo com o secretário, o objetivo é já levar um documento com as primeiras ideias para a audiência e, assim, estimular a discussão.



As diretrizes urbanísticas a serem discutidas podem estabelecer, por exemplo, o gabarito (quantidade de andares) dos edifícios, a disposição de imóveis comerciais e residenciais no terreno, a quantidade de área verde e disposição de terrenos para moradia popular.

A convocação dessa audiência estava prevista no documento elaborado na Prefeitura do Recife, no dia 16 de junho, um dia antes da ação da polícia para reintegrar o terreno do Cais, onde os

manifestantes estavam acampados, ao grupo de construtoras. Como primeiro passo da negociação, estava a submissão da proposta de procedimentos aos representantes do Ocupe, Novo Recife e Ministérios Públicos Federal (MPF) e de Pernambuco (MPPE). De acordo com a Prefeitura do Recife, todos receberam o documento, mas apenas o Consórcio respondeu confirmando que aceitava a proposta realizada.

Após acamparem no prédio da Prefeitura do Recife na manhã de segunda, os manifestantes do Ocupe Estelita pediam para serem ouvidos antes de a negociação ser iniciada. A advogada e membro do grupo Direitos Urbanos, Liana Cirne Lins, chegou a dizer que nenhum passo deveria ser dado sem que o movimento fosse ouvido, já que foram os ativistas que deram início à discussão em torno do uso do terreno Cais José Estelita. Os manifestantes também pleiteavam a participação de todas as rodadas de negociação – na segunda, a reunião na Prefeitura contava com a presença do Instituto de Arquiteto do Brasil (IAB), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e Observatório do Recife.

Os manifestantes se reuniram com representantes da Prefeitura na noite de segunda. Após a emissão da ordem de reintegração de posse do prédio da administração municipal, ficou acordado entre as partes que a ordem judicial só seria cumprida depois das 14h. Antes disso, o movimento realizaria uma assembleia para decidir se sai ou não do prédio. Também ficou acordado que o Ocupe irá participar de todas as reuniões na Prefeitura. A suspensão dos atos administrativos que já haviam sido feitos para dar continuidade ao projeto Novo Recife, outro pleito dos manifestantes, ainda não foi efetivada.

Entenda a polêmica

Os integrantes do Ocupe Estelita desaprovam o projeto Novo Recife, que prevê a construção de 12 torres residenciais e comerciais, com altura variando entre 20 e 41 andares, no terreno do Cais José Estelita, que fica na zona central da capital, que tem uma área de 10 hectares (aproximadamente, equivalente a 10 campos de futebol).

O terreno pertencia ao espólio da Rede Ferroviária Federal e foi adquirido em leilão realizado em 2008, pelo Consórcio Novo Recife, que é formado pelas empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário.

Diálogo com a gestão municipal

Após a instalação do acampamento no prédio da gestão municipal, o secretário de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, Antônio Alexandre, informou que a administração só

pretende manter o diálogo depois que os manifestantes deixarem o edifício. Integrantes do movimento, por sua vez, afirmaram que o acampamento continua até que o Executivo municipal volte a incluí-lo nas rodadas de negociação em relação ao futuro do terreno do Cais José Estelita.

De acordo com a prefeitura, o movimento Ocupe Estelita iria ser convocado para participar dos próximos passos da negociação, que seria o estabelecimento das diretrizes do projeto.

Ocupação no Cais José Estelita

A área do Cais José Estelita foi ocupada em 21 de maio por manifestantes contrários ao projeto Novo Recife, plano imobiliário de um grupo de construtoras que prevê a construção de torres residenciais e comerciais num terreno de 10 hectares, no Centro Histórico do Recife. Eles pedem a nulidade do processo administrativo que aprovou o projeto, que hoje é objeto de ações judiciais questionando sua legalidade.

No dia 3 de junho, a Prefeitura do Recife anunciou a suspensão da licença que permitia a demolição de galpões da área do cais. No dia 5, o engenheiro Eduardo Moura, representante da Moura Dubeux Engenharia, afirmou que o Consórcio Novo Recife concorda em produzir um novo projeto para o terreno.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) concedeu a reintegração de posse da área, atendendo a um pedido feito por advogados do Consórcio Novo Recife. O DU e o Ministério Público recorreram da decisão, que foi analisada pela Justiça estadual no dia 18 de junho e considerada legal. A reintegração de posse foi cumprida no dia 17 de junho, após ação violenta da PM no terreno. Desde então, a ocupação acontece sob o viaduto Capitão Temudo, nas proximidades do Cais, no Centro.

Assunto: No Recife, Justiça concede liminar de reintegração do prédio da Prefeitura	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 01/07/2014
Editoria:	Seção:



No Recife, Justiça concede liminar de reintegração do prédio da Prefeitura

Manifestantes do Ocupe Estelita montaram barracas em protesto. Prefeitura garante que desocupação será pacífica e negociada.



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou a desocupação do hall de entrada do prédio da Prefeitura do Recife (PCR) por parte dos manifestantes do movimento Ocupe Estelita, na noite de segunda (30). A informação foi confirmada em nota da administração municipal, que também afirmou que fará “todo esforço possível” para que a reintegração de posse seja feita de maneira pacífica e negociada. Os integrantes do Ocupe Estelita montaram barracas no prédio da Prefeitura do Recife, no Centro da Cidade, na manhã de segunda (30), em protesto exigindo participação nas reuniões de negociações sobre o Projeto Novo Recife.

Conforme o TJPE, a liminar foi concedida durante o plantão do juiz Rosalvo Maia, na noite da segunda. A arquiteta Cristiana Gouveia, uma das integrantes do Ocupe Estelita, informou que os manifestantes ficaram de decidir até as 14h desta terça (1º) se irão desocupar a sede da prefeitura. Segundo ela, a PCR se comprometeu a não agir contra os manifestantes até lá. Conforme o movimento, a primeira e única reunião com representantes do Ocupe Estelita aconteceu há mais de um mês. Desde então, os integrantes não foram mais convidados a participar dos encontros que estabeleceram, entre outros pontos, um protocolo para as fases que culminarão com o redesenho do projeto do Consórcio Novo Recife. Eles decidiram acampar no local para protestar por não terem sido chamados a participar de reunião que acontecia na segunda entre a Prefeitura e entidades como Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e Ordem de Advogados do Brasil (OAB).

Entenda a polêmica

Os integrantes do Ocupe Estelita desaprovam o projeto Novo Recife, que prevê a construção de

12 torres residenciais e comerciais, com altura variando entre 20 e 41 andares, no terreno do Cais José Estelita, que fica na zona central da capital, que tem uma área de 10 hectares (aproximadamente, equivalente a 10 campos de futebol).

O terreno pertencia ao espólio da Rede Ferroviária Federal e foi adquirido em leilão realizado em 2008, pelo Consórcio Novo Recife, que é formado pelas empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário.

Na segunda (30), a PCR promoveu a quinta reunião de negociação sobre o projeto Novo Recife. Participaram as entidades da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e o Observatório do Recife.

Diálogo com a gestão municipal

Após a instalação do acampamento no prédio da gestão municipal, o secretário de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, Antônio Alexandre, informou que a administração só pretende manter o diálogo depois que os manifestantes deixarem o edifício. Integrantes do movimento, por sua vez, afirmaram que o acampamento continua até que o Executivo municipal volte a incluí-lo nas rodadas de negociação em relação ao futuro do terreno do Cais José Estelita.

De acordo com a prefeitura, o movimento Ocupe Estelita iria ser convocado para participar dos próximos passos da negociação, que seria o estabelecimento das diretrizes do projeto. O secretário Antônio Alexandre também anunciou que será publicada, no Diário Oficial do município, a convocação de uma audiência pública sobre as diretrizes urbanísticas, após a elaboração de um documento levando em conta as opiniões do Consórcio Novo Recife e do Ocupe Estelita.

Ocupação no Cais José Estelita

A área do Cais José Estelita foi ocupada em 21 de maio por manifestantes contrários ao projeto Novo Recife, plano imobiliário de um grupo de construtoras que prevê a construção de torres residenciais e comerciais num terreno de 10 hectares, no Centro Histórico do Recife. Eles pedem a nulidade do processo administrativo que aprovou o projeto, que hoje é objeto de ações judiciais questionando sua legalidade.

No dia 3 de junho, a Prefeitura do Recife anunciou a suspensão da licença que permitia a demolição de galpões da área do cais. No dia 5, o engenheiro Eduardo Moura, representante da Moura Dubeux Engenharia, afirmou que o Consórcio Novo Recife concorda em produzir um novo projeto para o terreno.



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) concedeu a reintegração de posse da área, atendendo a um pedido feito por advogados do Consórcio Novo Recife. O DU e o Ministério Público recorreram da decisão, que foi analisada pela Justiça estadual no dia 18 de junho e considerada legal. A reintegração de posse foi cumprida no dia 17 de junho, após ação violenta da PM no terreno. Desde então, a ocupação acontece sob o viaduto Capitão Temudo, nas proximidades do Cais, no Centro.

Ações mitigadoras

Em 2013, a Prefeitura do Recife aprovou novas medidas referentes ao polêmico projeto imobiliário, exigindo novas ações mitigadoras - tomadas para compensar os possíveis danos causados pela construção. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões, com a inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear, entre outros itens. Um termo de compromisso entre a gestão municipal e consórcio de construtoras responsável pelo Projeto Novo Recife foi assinado na ocasião.

Mas desde que foi criado, em 2012, o projeto é alvo de polêmicas. Cinco ações questionam o Novo Recife: uma civil pública do Ministério Público estadual, uma do Ministério Público federal e três ações populares. As ações populares pedem a nulidade do ato administrativo do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) que aprovou a proposta imobiliária no fim de 2012.

Assunto: PE é 2º estado com mais ocorrências em juizados especiais durante a Copa	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 29/06/2014
Editoria:	Seção:



PE é 2º estado com mais ocorrências em juizados especiais durante a Copa

Foram registrados 249 atendimentos com voos e bagagens em vinte dias. Em todo o país, Conselho Nacional de Justiça registrou 1.851 ocorrências.

Pernambuco é o segundo estado brasileiro que mais registrou atendimentos no juizado especial montado no Aeroporto Internacional do Recife, na Zona Sul da capital, durante o mês de junho. De 5 a 24 de junho, foram registrados 249 problemas relativos a atrasos de voos e extravios de bagagens. O atendimento dos juizados dos aeroportos e torcedores foi montado especialmente para a Copa do Mundo 2014 e já registrou, em todo o país, 1.851 atendimentos em vinte dias.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), até 15 de junho, 42 casos haviam sido registrados no Aeroporto do Recife. O estado fica atrás apenas de São Paulo, que contabilizou 456 atendimentos. Já o Juizado do Torcedor no Recife teve apenas duas ocorrências registradas no mesmo período.

As reclamações contra as companhias aéreas dizem respeito a falta de informação e assistência nos aeroportos; atrasos e cancelamento de voos; extravio, furto e violação de bagagens; overbooking; e questões específicas envolvendo as varas da Infância e Juventude.

Rio de Janeiro ficou em terceiro lugar entre os que registraram ocorrências no aeroporto, com 191 demandas. Rio Grande do Norte foi o lugar com menos atendimentos: 17. Já Fortaleza foi a campeã de demandas no juizado do torcedor, com 19 ocorrências. O Rio de Janeiro vem logo em seguida, com 10 ocorrências.

Cada estado das 12 cidades-sedes da Copa recebeu a estrutura dos juizados especiais. A iniciativa tem o objetivo de dar soluções práticas e rápidas para as demandas ocorridas no evento. Dependendo do caráter da ocorrência, podem atuar na demanda as esferas criminais, as varas da Infância e do Consumidor.

Assunto: Vinte homens são esfaqueados no pátio durante o São João de Caruaru	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 29/06/2014
Editoria:	Seção:



Vinte homens são esfaqueados no pátio durante o São João de Caruaru

Balanço do Juizado do Forró aponta que número de ocorrências aumentou. Maior número de casos foi registrado durante este fim de semana no pátio.

O Juizado do Forró, instalado no Pátio de Eventos Luiz Gonzaga, em Caruaru, no Agreste de Pernambuco, registrou 96 ocorrências durante a realização do “Maior e Melhor São João do Mundo”. De acordo com o juiz Marupiraja Ribas, responsável pelo juizado, o maior número de ocorrências foi registrado durante os dias 27, 28 e 29 da festa, que registraram grande público.

Ainda de acordo com o juiz, o balanço realizado pela equipe aponta que 26 Termos Circunstanciados de Ocorrências (TCO) foram lavrados no local e os processos encaminhados à Polícia Civil. “Nós recebemos pessoas que foram roubadas ou vítimas de crimes durante os dias de shows. O número de ocorrências deste ano superou o do ano passado. Em 2013, nós registramos 82 crimes no local”, explica. O juiz disse ainda que 46 furtos e 4 roubos foram denunciados neste ano.

O balanço do juizado aponta ainda que 20 homens teriam sido esfaqueados dentro do pátio de eventos. “Foram quatro vítimas em dias com público menor, sete no dia 23 e nove no dia 28, inclusive um policial militar do Recife que estava de folga aproveitando a festa e está em estado grave. Todas estas ocorrências teriam acontecido nos banheiros químicos masculinos do lado esquerdo do palco, próximo aos camarotes”, afirma o juiz. Ainda segundo Ribas, a iluminação próxima ao setor dos banheiros masculinos não seria suficiente e teria dificultado a visibilidade dos policiais militares.

O juiz disse também que a grande concentração de público pode ser a causa do aumento da violência durante a festa. “Nas grandes atrações, quando o pátio recebe acima de 90 mil pessoas tende a aumentar os crimes. Quando tem 30, 40 ou 50 mil, as ocorrências são muito poucas. Mas neste fim de semana, que a média esteve acima de 80 mil, os problemas foram maiores”, revela.